

Lewandowski assina portaria de declaração da Terra Indígena Sawré Muybu, no Pará

Lewandowski demarca terra indígena no Pará. – Foto: Divulgação

Processo de demarcação teve início em 2004, após pedido do povo Munduruku. Com a assinatura, a Funai deve fazer a demarcação física da área; depois, ato é homologado pelo presidente da República.

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, assinou nesta quarta-feira (25) a portaria de demarcação da Terra Indígena (TI) Sawré Muybu, localizada nos municípios de Itaituba e Trairão, no sudoeste do Pará.

Após a assinatura da portaria declaratória pelo Ministério da Justiça, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) deve fazer a demarcação física da área. Posteriormente, a demarcação é homologada pelo presidente da República.

A assinatura foi realizada no Palácio da Justiça, em Brasília, e contou com a presença de várias lideranças do povo indígena Munduruku.

A Terra Indígena faz parte do território que será afetado pela construção da usina de São Luiz do Tapajós e pela implantação do projeto Ferrogrão. A linha férrea ligará os municípios de Sinop (MT) e Itaituba (PA) para escoar soja e milho.

A área do local abriga, aproximadamente, 420 indígenas. O povo Munduruku vive também em outros territórios no Pará que, somados, ocupam 2,6 milhões de hectares.

De acordo com dados do Greenpeace Brasil, até março deste ano, a área total desmatada dos povos Munduruku somava 7.115

hectares. O número coloca o território como o segundo mais devastado do País.

Demarcação

O processo de demarcação teve início em 2004, após pedido do povo Munduruku. Somente oito anos depois foi constituído o grupo técnico responsável por elaborar o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da terra indígena de 173 mil hectares.

Seguindo o rito legal, o trabalho foi publicado no Diário Oficial da União em abril de 2016. Aberta a fase de contraditório, o relatório recebeu sete contestações administrativas – todas analisadas e consideradas improcedentes.

A etapa seguinte foi o envio do procedimento ao Ministério da Justiça para expedição da portaria que define os limites da área a ser demarcada em 2019. No mesmo ano, o processo foi devolvido à Funai.

Em abril de 2023, a Funai reenviou o processo da TI Sawré Muybu ao Ministério da Justiça. Ao encaminhar o processo à pasta, o órgão reconheceu o preenchimento de todos os elementos caracterizadores da ocupação tradicional na área.

De acordo com a legislação, o ministro da Justiça teria até 30 dias para expedir portaria declaratória dos limites da terra indígena ou devolver o procedimento para complementações. Desde então, a demarcação estava paralisada.

Fonte: g1 PA e Publicado Por: <https://www.adeciopiran.com.br>
em 26/09/2024/15:19:38

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog <https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>

<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato
(93)98117- 7649 e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>